

RESUMO

Os Estudos das Políticas Públicas no Brasil: Passado, Presente e Caminhos Futuros da Pesquisa Sobre Análise de Políticas.

O campo de políticas públicas, como parte do campo mais amplo da ciência política, ainda que recente quando comparado à outras áreas, apresenta um conjunto complexo de elementos e variáveis importantes para sua constituição como campo do conhecimento. Originada no contexto estadunidense no início dos anos 1950, os estudos da análise de políticas se transformam e se expandiram ao longo dos anos. Apresentando semelhanças, mas também importantes diferenças com relação ao surgimento e a consolidação do campo, no Brasil é possível verificar uma forte expansão nos estudos sobre as políticas públicas nas últimas décadas. Com o objetivo de formar quadros públicos no período que engloba o pós-1988 e a década de 90, à análise de políticas sociais pelas lentes do federalismo, das teorias democráticas e do neoinstitucionalismo entre o final dos anos 1990 e 2000, é que surgem na literatura nacional as primeiras revisões teóricas desenvolvidas no contexto estadunidense. O presente artigo busca retomar o histórico dos estudos sobre políticas públicas no Brasil, resgatando a construção deste campo do conhecimento no país, bem como apresentar tanto um retrato do cenário atual como apontar caminhos futuros para o desenvolvimento de uma agenda de pesquisas sobre a análise de políticas.

Palavras-chave: políticas públicas; análise de políticas; produção de políticas.

ABSTRACT

The study of policy sciences, as part of the broader field of political science, although recent when compared to other areas, presents a complex set of important elements and variables to their constitution as field of knowledge. Originated in the U.S. in the early 50s, policy analysis studies are constantly modified and expanded over the years. Featuring similarities but also important differences with respect to the emergence and consolidation of the field in Brazil, is possible to note a strong expansion in the study of public policy in recent decades. Aiming forming public position in the period that includes the post-1988 and the late 1990s, the analysis of social policies - through the lens of federalism, democratic theories and neo-institutionalist approach between 1990s and 2000s. Is in this context appearing in the national literature the first review of theoretical formulations developed in the US context. This paper seeks to resume the history of studies on policy science developed in Brazil, rescuing the construction of this field of knowledge in the country and seeks to present both a picture of the current situation as future possibilities for the development of a research in Brazil.

Keywords: public policy, public policy analysis, policy process.

Os Estudos das Políticas Públicas no Brasil: passado, presente e caminhos futuros da pesquisa sobre análise de políticas.

Felipe Gonçalves Brasil¹

Ana Cláudia Niedhardt Capella²

INTRODUÇÃO

Os estudos sobre políticas públicas no Brasil têm chamado a atenção nos últimos anos quer pelo aumento do número de publicações relacionadas ao tema, pela grande procura direcionada aos grupos de trabalho em eventos consolidados nas áreas da Ciência Política ou ainda eventos ligados às áreas setoriais, como saúde, educação, quer pela própria expansão do campo materializada na criação de cursos de graduação e pós-graduação específicos em políticas públicas, gestão de políticas públicas, entre outros. A trajetória desses estudos, ainda que recente no país, apresenta semelhanças e diferenças importantes quando comparada ao histórico dos estudos nos Estados Unidos e Europa, por exemplo, locais onde o campo surgiu e se desenvolveu como área do conhecimento. Baseado na importância das políticas públicas e de seus estudos inseridos no campo da Ciência Política, o presente artigo procura explicar o surgimento e consolidação das políticas públicas como campo epistemológico. Para isso, buscamos retratar o histórico da construção desse campo multidisciplinar que dialoga com outras áreas mais tradicionais no Brasil e no exterior, como a Ciência Política e a Administração Pública. Como veremos no decorrer do texto, ainda que caminhem de forma paralela, existem diferenças relevantes quando comparamos o desenvolvimento dos estudos sobre políticas públicas no Brasil e no exterior. São essas es-

1 Bacharel em Gestão de Políticas Públicas pela EACH-USP, Mestre e Doutorando em Ciência Política pela UFSCar e bolsista FAPESP. Foi professor substituto na Unesp Araraquara e Intern Student na North Carolina State University. Contato: fbrasil.pp@gmail.com

2 Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos, instituição onde é professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. É docente do Departamento de Administração Pública da Universidade Estadual Paulista – Unesp (campus Araraquara). Contato: acapella@terra.com.br

peculiaridades do caso brasileiro que ajudaram a moldar o campo e as pesquisas de políticas públicas da forma como as conhecemos. O cenário no qual esse artigo se insere não só entende o campo das políticas públicas como uma área do conhecimento, como identifica que suas teorias e modelos de análise abriram novas perspectivas de estudos sobre a produção de políticas e continuam a consolidar o tema e manter esses estudos na agenda de pesquisa, apesar de suas constantes transformações no cenário nacional.

A reflexão sobre o campo de políticas públicas no Brasil - buscando entender elementos de seu passado, presente e possibilidades futuras - pretende contribuir para que os conceitos e modelos desse campo, em grande parte vezes desenvolvidos em outros contextos nacionais, sob diferentes dinâmicas locais e distintos sistemas políticos, sejam debatidos no sentido de sua adaptação para explicar e a produção de políticas públicas no Brasil. Este trabalho entende que tanto a emergência e expansão do campo no Brasil, o desenvolvimento de novos modelos teóricos de políticas públicas, quanto a criação e expansão de seu ensino, reestruturação de carreiras nas burocracias públicas, colaboram para o avanço nos estudos de políticas públicas que buscam alternativas para a compreensão de fenômenos políticos e sociais. Para tanto, o texto apresenta cinco seções: na primeira buscamos recuperar os princípios fundadores do campo das políticas públicas no cenário internacional. O surgimento das *policy sciences* em meados da década de 50 nos Estados Unidos marcou o início dos estudos de produção de políticas públicas. A segunda seção apresenta a forma como os estudos sobre políticas públicas se desenvolveram no Brasil. Baseado na análise e recuperação de autores de diversas áreas do conhecimento, que atestam a multidisciplinaridade dos estudos de políticas públicas no Brasil, a construção desse campo no país apresenta semelhanças e diferenças relevantes quando comparada à trajetória dos estudos nos Estados Unidos ou na Europa. As três seções seguintes mapeiam historicamente, olhando para as décadas de 1990, 2000 e 2010, os principais temas e focos de análise produzidos pelos estudos na área. Esse panorama pretende apresentar as tendências de pesquisa e que configuram tanto o cenário atual como indicam caminhos futuros nos estudos de políticas públicas no Brasil.

O SURGIMENTO DAS POLICY SCIENCES NOS ESTADOS UNIDOS DOS ANOS 50: DEFINIÇÕES E CARACTERÍSTICAS DO CAMPO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO CENÁRIO INTERNACIONAL.

As variadas interpretações que procuram definir o significado do termo “políticas públicas”, desde a origem das *policy sciences* nos estudos de Harold Lasswell (1951), nos Estados Unidos, acabam por confluir na mais conhecida e sucinta definição proposta por Thomas Dye (1975) que, ao longo do tempo foi inúmeras vezes revisitada e reafirmada por diferentes autores, e que descreve políticas públicas como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer” (Dye, 1975: 02). Ainda que muito possa ser dito sobre essa definição, um elemento central é a ideia de que o agente mais importante do processo de produção de políticas públicas é o governo. Smith e Larimer, entendendo a multiplicidade de definições existentes sobre o termo, afirmam que

“Não há definição de políticas públicas precisa e universal (...). Há uma visão comum de que as políticas públicas envolvem o processo de fazer escolhas e os resultados das escolhas; de que o que faz as políticas públicas realmente “públi-

Os Estudos das Políticas Públicas no Brasil

cas” é que essas escolhas se baseiam nos poderes coercitivos do Estado, e que, em sua essência, política pública é uma resposta a um problema percebido” (Smith e Larimer, 2009:04)³.

O debate sobre o conceito na literatura especializada, em grande parte atualizando e revisando essa definição clássica de Dye (1975), continua a destacar o papel central do governo na produção de políticas públicas. Segundo essa concepção, o que determina o que é ou não é uma política pública é a personalidade jurídica do ator protagonista. Em outras palavras, é política pública somente quando emanada de ator estatal. (Hecló, 1972; Dye, 1975; Howlett e Ramesh, 2003). Paralelamente, entre as várias definições de políticas públicas existentes, alguns elementos encontram-se frequentemente presentes. Em primeiro lugar, podemos citar o foco em aspectos estruturais ou procedimentais que, processualmente, são compostos pela identificação de um problema, estabelecimento de objetivos (soluções), escolha de formas de atuação, definição de um curso de ação específico e implementação das decisões. Outro aspecto frequente nas definições é a importância do processo decisório, do processo político, das definições de prioridade, do próprio governo ou ainda, a análise das redes, interações e competições entre os atores no sistema político, envolvendo partidos, atores formais e informais.

Outro aspecto essencial da definição proposta por Dye (1975) é que as políticas públicas envolvem a escolha, por parte do governo, de fazer algo ou não fazer. Theodoulou (1995) afirma que uma das questões mais importantes na definição de uma política pública é que ela seria capaz de distinguir a ação (o que faz), da intenção (o que pretende fazer). Ou seja, evidenciar a diferença entre aquilo que os governos pretendem, ou prometem fazer e o que, de fato, fazem. Além de ser importante para o estudo das ações governamentais, também significa dizer que as políticas públicas consistem em um processo que pode incorrer em erros, perspectiva distante da visão sistêmica na qual entende-se que intenções são capazes de gerar inputs e que esses, processados pela máquina pública, geram outputs previamente planejados. Além disso, conclusões mais apressadas podem sugerir que, por ser papel exclusivo de atores governamentais, o Estado assumiria, assim, características elitistas e um baixo accountability, isolando a sociedade do processo decisório. É importante destacar, desde já, que organizações não governamentais (a iniciativa privada ou quaisquer agentes não governamentais) não produzem políticas públicas. No entanto isso não significa dizer que essas organizações não possam influenciar, direcionar, regular, controlar ou mesmo ajudar a formular políticas públicas. É importante entender que as políticas públicas podem envolver todos os níveis de governo e suas fases não estão totalmente restritas aos atores formais.

Para além do debate sobre as definições de políticas públicas, podemos buscar compreender esse campo de conhecimento (Souza, 2007) também por meio de seu desenvolvimento histórico. Nesse sentido, um dos primeiros recursos teórico-metodológicos empregados para o estudo das políticas, no contexto das policy sciences, consistiu na simplificação do processo das políticas por meio da fragmentação de seu conteúdo em etapas passíveis de análise (Lasswell, 1956). A perspectiva de etapas ou fases, baseada na ideia de que todas as políticas passariam pelos mesmos estágios, permitiu não apenas simplificar o complexo processo de produção de políticas, destacando seus aspectos centrais (formulação, implementação, avaliação, entre outros) como também facilitou e impulsionou o desenvolvi-

3 Tradução nossa.

mento do próprio campo de estudos (DeLeon, 1999). Esse primeiro período de desenvolvimento teórico é marcado também pela centralidade dos debates em torno do processo decisório. A análise de políticas públicas desenvolve-se como o estudo de formas racionais para aprimorar o processo decisório, com base em abordagens científicas que poderiam guiar o tomador de decisão pelas técnicas mais seguras e eficientes. Esta perspectiva, dominante nos anos 1960 e que ficou conhecida como a “guinada analítica” (analycentric turn) dos estudos de políticas públicas (Dunn, 1994) privilegiava uma visão racional do processo decisório e entendia a produção de políticas como um processo lógico, técnico e neutro. Abordagens baseadas no incrementalismo apresentaram críticas à perspectiva racional de tomada de decisão e também à ideia de políticas como resultado de um processo marcado por etapas sequencias e lineares. Embora apontem para formas distintas de conceber a natureza do processo de tomada de decisão, o debate entre racionalistas e incrementalistas acabou por aprisionar o estudo de políticas públicas à investigação do processo decisório.

Assim, até o final dos anos 1970, o “período clássico” dos estudos sobre políticas públicas (John, 2013) foi caracterizado por explicações baseadas na ideia de etapas ou ciclos, concentrando as análises na dinâmica do processo decisório. A partir de meados de 1980, no entanto, a “busca por melhores teorias” (Sabatier, 1999) contribuiu para o desenvolvimento de outras perspectivas. A centralidade dos estudos sobre o processo decisório cedeu lugar a abordagens que passaram a destacar a influência das ideias, da linguagem e da argumentação na produção de políticas, abrindo espaço para a chamada “guinada argumentativa” (argumentative turn) (Fischer e Forester, 1993). As chamadas “abordagens sintéticas” (John, 1998) procuram oferecer elementos para o estudo das políticas públicas considerando sua complexidade, ou seja, os múltiplos aspectos que exercem influência sobre uma política, sintetizando o conhecimento produzido, sobretudo na ciência política sobre instituições, redes, processos socioeconômicos e o papel das ideias. Para John (1998; 2003) são três as principais abordagens sintéticas a oferecer respostas no campo das políticas públicas: a abordagem dos múltiplos fluxos, proposta por John Kingdon em 1984, o modelo das coalizões de defesa apresentado por Sabatier e Jenkins-Smith inicialmente em 1993 o modelo de equilíbrio pontuado desenvolvido por Baumgartner e Jones em 1993. Essas novas perspectivas teóricas, em grande parte complementares, deram novo fôlego ao campo de estudos em políticas públicas nas últimas décadas. Tais modelos não apenas auxiliaram a organizar as pesquisas em torno de temas como, por exemplo, a questão das mudanças em políticas públicas, ou a participação de atores, suas ideias, crenças e o “fazer” das políticas, como também estimularam novas pesquisas ao apontar questões emergentes para o estudo das políticas públicas. Hoje, considera-se que a aplicação desses modelos em vários estudos, focalizando as mais diversas políticas setoriais em países distintos, tem contribuído para ampliar os conhecimentos sobre o processo de produção de políticas (Weimer, 2008; Nowlin, 2011). As experiências de pesquisa baseadas no emprego dos modelos em diferentes realidades têm gerado extensões e revisões, já documentadas na literatura internacional e muitas vezes debatidas pelos próprios autores proponentes das abordagens. Em revisão recente sobre o desenvolvimento teórico do campo de políticas públicas e considerando a perspectiva da literatura internacional, John (2013) aponta que as três abordagens constituem, ainda hoje, o “estado da arte” do campo e que há poucos avanços teóricos desde então.

O CAMPO E OS ESTUDOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

“a história do campo de políticas públicas é mais a história de um discurso do que de uma disciplina convencional composta de ideias mais instituições, revistas, e controle de recursos essenciais. Na realidade, a ausência dessa área de um aparato material característico de um campo intelectual é um achado notável de pesquisa” (Melo, 1999: 556).

É com essa citação retirada do texto de Melo (1999) que iniciamos o resgate histórico do campo de políticas públicas no Brasil. Diversos autores nacionais como Melo (1999), Faria (2003), Souza (2007), Arretche (2003), Farah (2011), baseado em estudos da literatura internacional, apontam para o surgimento do campo de políticas públicas como uma subárea da ciência política nos Estados Unidos, e avançam no sentido de identificar suas semelhanças e diferenças em relação ao caso brasileiro. Relembrando o que foi discutido anteriormente, quanto à predominância do Estado como ator fundamental na produção de políticas públicas, Arretche reforça que:

“Há poucas dúvidas quanto ao objeto de análise da subdisciplina de políticas públicas. A análise do “Estado em ação”, [...] tem como objeto específico o estudo de programas governamentais, particularmente suas condições de emergência, seus mecanismos de operação e seus prováveis impactos sobre a ordem social e econômica.” (Arretche, 2003:02).

Um dos textos essenciais para a compreensão do surgimento e evolução do estudo das políticas públicas é o “Ideias, Conhecimento E Políticas Públicas: Um Inventário Sucinto Das Principais Vertentes Analíticas Recentes” de Carlos Aurélio Pimenta de Faria. No início de seu texto, Faria diz:

“Em seus primórdios, a ciência política considerava as políticas públicas quase exclusivamente como outputs do sistema político, o que justificava o fato de a atenção dos investigadores ter se concentrado inicialmente nos inputs, isto é, nas demandas e articulações de interesse. Dito de outra forma, antes que a análise de políticas públicas fosse reconhecida como uma subárea na disciplina, a ênfase dos estudos recaía, como em larga medida ainda hoje, diga-se de passagem, nos processos de formação das políticas públicas, o que parece refletir o status privilegiado que os processos decisórios sempre desfrutaram junto aos profissionais da área”. (Faria, 2003:22).

Dois pontos importantes merecem ser destacados nessa citação: o primeiro é a defesa do surgimento das políticas públicas como sub-área da Ciência Política que, por sua vez, priorizava o processo de formação dessas políticas. É importante frisar desde já essas duas características porque elas serão determinantes para o entendimento do surgimento do campo e da relação entre Ciência Política e Administração Pública no Brasil. Para organizar nosso raciocínio neste debate, que inclui ao menos uma variedade de disciplinas (Ciência Política, Administração Pública, Direito, Sociologia, Economia, Psicologia, entre outras) em duas perspectivas e momentos distintos (nacional e a internacional), vamos iniciar nossa busca pelo reconhecimento da área de políticas públicas pelo caso estadunidense. Celina Souza afirma que:

“A política pública como área de conhecimento e disciplina acadêmica nasce nos Estados Unidos rompendo ou pulando as etapas seguidas pela tradição europeia de estudos e pesquisas nessa área, que se concentravam, então, mais na análise sobre o Estado e suas instituições do que na produção dos governos” (Souza, 2007:66-67).

Esse seria, portanto, um dos motivos que pode explicar o foco na análise sobre o Estado em detrimento do foco na produção de política, ou seja, essa diferença parece residir no próprio desenvolvimento das áreas de Ciência Política e Administração Pública neste país. Segundo Marta Farah, “O desenvolvimento da administração pública, nos EUA, foi marcado por uma “proximidade de origem” em relação à ciência política e pela tensão entre a “nova” ciência - a administração - e a “ciência-mãe” - da qual se originara” (Farah, 2011:4). Ainda segundo a autora, ao longo do desenvolvimento da área de administração pública, que foi tornando-se cada vez mais interdisciplinar, com fortes embasamentos de áreas correlatas como a economia e o direito, essa proximidade foi perdendo espaço até que, em meados dos anos 60, Ciência Política e Administração Pública tomaram rumos diferentes. (Farah: 2003; Souza: 2007). No que diz respeito ao objeto desse trabalho, que viria a ser chamada como “a área de políticas públicas”, a diferença nos estudos se faz nítida: Enquanto a Ciência Política trata de entender as formas de acesso ao Estado, o processo de definição de agenda e de formulação de políticas, assim como a relação entre instituições e atores no policy process, a Administração Pública passou a ser entendida como o momento técnico de execução “automática”, resultante do processo político anterior. De acordo com Henry, a Administração Pública não tinha como objeto de estudo a análise das políticas públicas - “the study of public policy making and related matters was left to the political scientists” (Henry, 1975:379). Essa separação entre Ciência Política e Administração Pública pode ser encontrada e claramente identificada no artigo “Políticas Públicas: Definição, evolução e o caso brasileiro na política social” em que Fernandes (2007) defende a ideia de que as políticas públicas se manifestam através de duas dimensões que se complementam: Uma dimensão administrativa e técnica; e outra política. De acordo com o autor

“(…) costuma-se pensar o campo das políticas públicas unicamente caracterizado como administrativo ou técnico, e assim livre, portanto do aspecto ‘político’ propriamente dito, que é mais evidenciado na atividade partidária eleitoral. Este é uma meia verdade, dado que apesar de se tratar de uma área técnico-administrativa, a esfera das políticas públicas também possui uma dimensão política uma vez que está relacionado ao processo decisório”. (Fernandes, 2007: 203)

Faria (2003:24) afirma que a “subordinação da agenda de pesquisa à agenda política é potencialmente maior na área de políticas públicas [...], a partir da década de 1950, (com a) definição das próprias políticas públicas como unidade de análise”. Podemos notar, então, que a subordinação citada pelo autor relaciona-se com a forma como a ciência política, gradualmente, passou a dar destaque “aos aspectos dinâmicos do chamado policy process e aos distintos atores envolvidos (Radaelli apud Faria,2003: 24).

Em relação ao desenvolvimento dessas questões no Brasil, Melo afirma que embora nas últimas duas décadas tenhamos passado por um período de expansão de análises dedicadas ao campo de políticas públicas, o campo “ainda é bastante incipiente, padecendo de grande fragmentação organizacional e temática e tendo uma institucionalização ainda precária”

(Melo: 1999, 98). De acordo com Souza (2007), “A história do pensamento político brasileiro se confunde com a história de uma reflexão sobre o Estado”, ou seja, caracterizada pela reflexão orientada por uma perspectiva generalista, centrada mais no “papel do Estado” do que das questões relativas à gestão de governo. Extremamente recente, com um “atraso” de cerca de vinte anos do cenário internacional, os primeiros esforços de institucionalização da área de políticas públicas datam dos anos 1980. Segundo Farah (2011),

“O reconhecimento do polo da política, no caso brasileiro, foi estimulado pelos desafios pós-democratização e pelas questões derivadas das transformações do Estado e do público no país. Os estudos sobre políticas públicas em particular refletem, por sua vez, uma demanda por reflexão sobre as “novas políticas públicas”, de âmbito federal, mas também, crescentemente, de âmbito local. A descentralização pós-1988 trouxe consigo enormes desafios de formulação e de gestão de políticas públicas em âmbito local, desafios estes que acabaram se refletindo na agenda de pesquisa e de estudos no campo da administração pública” (Farah, 2011:32).

Entender a valorização e a consolidação das políticas públicas no Brasil está diretamente vinculado aos processos de descentralização e de gerenciamento, típicos da Reforma Administrativa ocorrida no Brasil em meados nos anos 1990.

PÓS-88 E ANOS 90: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A FORMAÇÃO DE QUADROS PÚBLICOS NO CONTEXTO DA REFORMA ADMINISTRATIVA.

A intenção aqui não é entender a Reforma do Estado em si, mas a forma como essa nova configuração do Estado corroborou para a consolidação e expansão das carreiras públicas, em especial a de especialista em políticas públicas, a abertura de cursos de graduação e pós-graduação, assim como a inclusão de disciplinas em áreas correlatas, expandindo os horizontes desse recente campo do conhecimento. Assim, falar do processo de redefinição do papel do Estado, das suas formas de relação com a sociedade, no caso brasileiro, não se resume apenas a falar das mudanças de Regime político do final dos anos 1980.

O fim da ditadura militar e o processo de redemocratização são de extrema importância para a compreensão das formas de participação popular e sua institucionalização, mas não pode ser entendido como o único período marcado por fortes mudanças institucionais e de redefinição de papéis. Entender os princípios da Reforma do Estado de 1995 é essencial para que se compreenda uma nova estrutura de Estado que se instaurou no país. Sob esse recorte temporal, essa seção tem por objetivo explicar de que forma a Reforma administrativa ocorrida em meados dos anos 1990 corroborou para a formação do campo de políticas públicas.

Relembrando brevemente os preceitos fundamentais da Reforma, o ponto de partida é a redefinição do papel e das funções do Estado. Diferente do centralizador Estado desenvolvimentista, fortemente questionado entre as décadas de 1970 e 1980, a Reforma proposta em meados dos anos de 1990 parte da percepção de que o Estado – entendido aqui como o Executivo federal- não seria capaz de dominar os conflitos sociais de um país com dimensões continentais e com desigualdades sociais e econômicas importantes.

“Neste sentido, a defesa do Estado Mínimo se legitima na idéia de limitar qualquer possibilidade de interferência na liberdade dos indivíduos, devendo o Estado proteger fundamentalmente a liberdade e a propriedade individual, com primazia sobretudo da esfera econômica. A esta teoria alia-se ainda a idéia de incapacidade dos governos democráticos em dominarem os conflitos sociais iminentes de uma sociedade desigual e complexa, dando legitimidade à suposta necessidade de limitar a intervenção estatal. É, em meio a toda esta conjuntura que a complexificação das relações entre Estado e Sociedade coloca um novo patamar na discussão político-societária e na elaboração de políticas públicas, sobretudo a partir da emergência de uma perspectiva estratégica que prima pela sustentabilidade do desenvolvimento.” (Oliveira, 2006:14)

A construção do desenvolvimento passa a ser entendida não por uma questão estritamente econômica, mas pelo estabelecimento de ideais distintos de desenvolvimento que permita a liberdade, os direitos e a plena realização dos indivíduos. A consolidação democrática e a cidadania precisavam ser fortalecidas na base, e a forma de se fazer isso está diretamente relacionada com a relação entre o Estado e a sociedade. Entendido dessa forma, a descentralização do poder político, a maior autonomia dos Estados e Municípios, fortalecem o pacto federativo e viabilizam maior contato entre Estado e sociedade. Outra característica importante do período é a questão gerencial: a gestão das políticas públicas. Orientada pela análise técnica e estratégica, a administração pública passa por um reordenamento interno que forma novos quadros com objetivos que vinculam tanto a questão democrática e cidadã; a questão estratégica e econômica, quanto a questão da descentralização e das relações entre sociedade e Estado: a formulação, implementação e avaliação das políticas públicas.

“A Reforma do Estado contempla transformações que se dão nas suas relações com a sociedade, na configuração de seu aparelho e das suas práticas de gestão. Ela tem, assim, pelo menos quatro dimensões importantes: a cidadania, a democracia, a governabilidade e a governança.” (Costa, 2009:5)

Essa citação nos permite entender como a Reforma do Estado colaborou para a construção e formação do campo de políticas públicas. A governabilidade e a governança estão diretamente ligadas ao “Estado em ação”, ou seja, o modo como o Estado se posiciona e produz políticas públicas. Orientadas por uma visão de modernização da administração pública, com a tentativa de deixar para trás as velhas gramáticas políticas brasileiras, de clientelismos e nepotismos, a análise estratégica e o caráter técnico têm por objetivo tornar as políticas públicas mais efetivas, geridas através da busca por resultados esperados. A retomada do cargo de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental pelo MARE pode ser citada como um exemplo da constituição do campo de políticas públicas no Brasil a partir dos preceitos da Reforma do Estado.

No artigo que busca fazer um mapeamento dos estudos sobre políticas públicas, Arretche (2003), entende que as transformações ocorridas na sociedade brasileira pós-1988 despertaram o interesse pela área de políticas públicas, principalmente voltados às questões de centralização e descentralização e nas propostas de reforma do Estado. Desta forma, focado na questão gerencial e administrativa, Souza (2003) diz que a curiosidade e o interesse pela temática se multiplicam. De acordo com Trottmann, o trabalho de Melo (1999), ao buscar mapear os estudos de políticas públicas, evidencia uma questão importante: a profunda relação entre os estudos de políticas públicas com o regime político, as instituições

políticas e a configuração do Estado brasileiro para análises de políticas específicas.

Figura 1- Temática e autores - Reforma do Estado

Temáticas e autores – Reforma do Estado			
1a geração		2a geração	
Capacidade de insulamento das elites burocráticas	Whitehead (1991) Geddes (1995)	Federalismo brasileiro	Affonso & Silva (1996)
		FB: Dificuldade de implementação da reforma do Estado	Sola (1997) Sola et al. (1998)
		FB: Conflito distributivo e regime monetário	Sola (vários trabalhos)
Confinamento das arenas decisórias	Sola (1998)	FB: Reformas tributárias	Castro Santos et al. (1994) Azevedo & Melo (1997)
		FB: Reforma Administrativa	Melo (1998) Azevedo & Aureliano (1997)
Déficit de <i>accountability</i> horizontal e vertical	Diniz (1997)	FB: Sistema político e poder dos governadores	Abrucio(1999)
		Papel do Legislativo	Argelina & Limongi (1998) Melo (1995) Lima & Lima Jr. (1997)
Paralisia decisória e agenda <i>overload</i> resultante de demandas democráticas	Almeida Melo Diniz	Política de privatização	Moya & Almeida (1997) Almeida (1998)
		Reforma administrativa	Diniz & Boschi (1998)
Corporativismo e neocorporativismo	Diniz (1997)	Análise da implementação de reformas	Azevedo & Melo (1997) Melo & Azevedo (1998)

Fonte: (Trottmann, 2012)

Segundo o trabalho de Melo (1999) podemos dividir os estudos das políticas públicas em duas fases: uma baseada nas transformações das políticas sociais e a crítica ao regime autoritário sobre a política social, e a segunda fase, pós-1988, que trouxe para o debate questões mais administrativas como o estudo de impactos e estruturas. Essa segunda fase relacionava questões no eixo temático do “Estado, Governo e Políticas Públicas”. A partir desse momento, a consolidação do campo das políticas públicas no Brasil, diferente do que ocorria no exterior, se deu de forma a entender um novo tipo de Estado e de governo que, através das políticas públicas, buscava uma melhor racionalização da administração pública. Como podemos verificar no quadro acima, entre a primeira e a segunda geração, a Reforma do Estado e suas metas como as Reformas Administrativa e Tributária, assim como o modelo de estado mínimo pensado pela política de privatização dominou o cenário que engloba as políticas públicas. Ao menos no Brasil, esses estudos mostram o vínculo direto entre a nova estrutura do Estado com a emergência e consolidação do campo.

Essa racionalização da governança, num governo democrático que necessita do respaldo da sociedade, implica em fazer com que as políticas públicas, além de mais justas e equitativas, fossem melhor planejadas e desenhadas. A elaboração de programas, projetos e políticas deveriam ter problemas e objetivos bem definidos que permitissem sua implementação. Recorrentes em períodos anteriores, a má formação dos quadros técnicos constituía-se como empecilho para transformar em políticas de fato, implementadas, ideias surgidas como propostas de políticas públicas. Além disso, preocupadas com o pacto federativo, essas políticas deveriam ser pensadas em conjunto, de forma articuladas e integrada. Através

dessas articulações e integrações federativas, além de custos mais baixos, as políticas poderiam ser mais eficientes, eficazes, e até efetivas. As propostas, entretanto, não se resumiam ao processo de formulação de políticas. As estratégias também pensavam em formas de implementação além de desenvolvimento prévio de ferramentas e indicadores de avaliação e, principalmente, monitoramento e a avaliação.

ANOS 2000 – POLÍTICAS SOCIAIS, DESCENTRALIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO: DESENHOS DE POLÍTICAS E O PACTO FEDERATIVO NO CONTEXTO DEMOCRÁTICO.

A descentralização do poder, a aposta na maior autonomia e responsabilização dos entes Federativos - com destaque para o Municipal – unidas à questão da maior democratização já indicadas na Constituição, surgem como um ponto importante nos estudos das políticas pública no Brasil pós-redemocratização. Celina Souza (2007) assim como Farah (2011), refere-se ao processo da redemocratização brasileira e suas mudanças institucionais como fator propulsor do crescimento do campo das políticas públicas, ao defender que

“O crescente interesse por essa temática está diretamente relacionado às mudanças recentes da sociedade brasileira. O intenso processo de inovação e experimentação em programas governamentais resultou em grande parte da competição eleitoral, da autonomia dos governos locais, bem como dos programas de reforma do Estado, assim como as oportunidades abertas à participação nas mais diversas políticas setoriais seja pelo acesso de segmentos tradicionalmente excluídos a cargos eletivos, seja por inúmeras novas modalidades de representação de interesses despertaram não apenas uma enorme curiosidade sobre os “micro” mecanismos de funcionamento do Estado brasileiro, como também revelaram o grande desconhecimento sobre sua operação e impacto efetivo. Paradoxalmente, essas novas questões da agenda política brasileira constituem também um problema para o desenvolvimento da agenda de pesquisa em políticas públicas.”(Souza, 2007:70)

Marta Arretche atenta, no final dos anos 1990, para as grandes transformações em curso na estrutura organizacional do Sistema de Proteção Social Brasileiro. Segundo a autora, “À exceção da área de previdência, nas demais áreas da política social — educação fundamental, assistência social, saúde, saneamento e habitação popular — estão sendo implantados programas de descentralização que vêm transferindo, paulatinamente, um conjunto significativo de atribuições de gestão para os níveis estadual e municipal de governo.” (Arretche, 1990, 01).

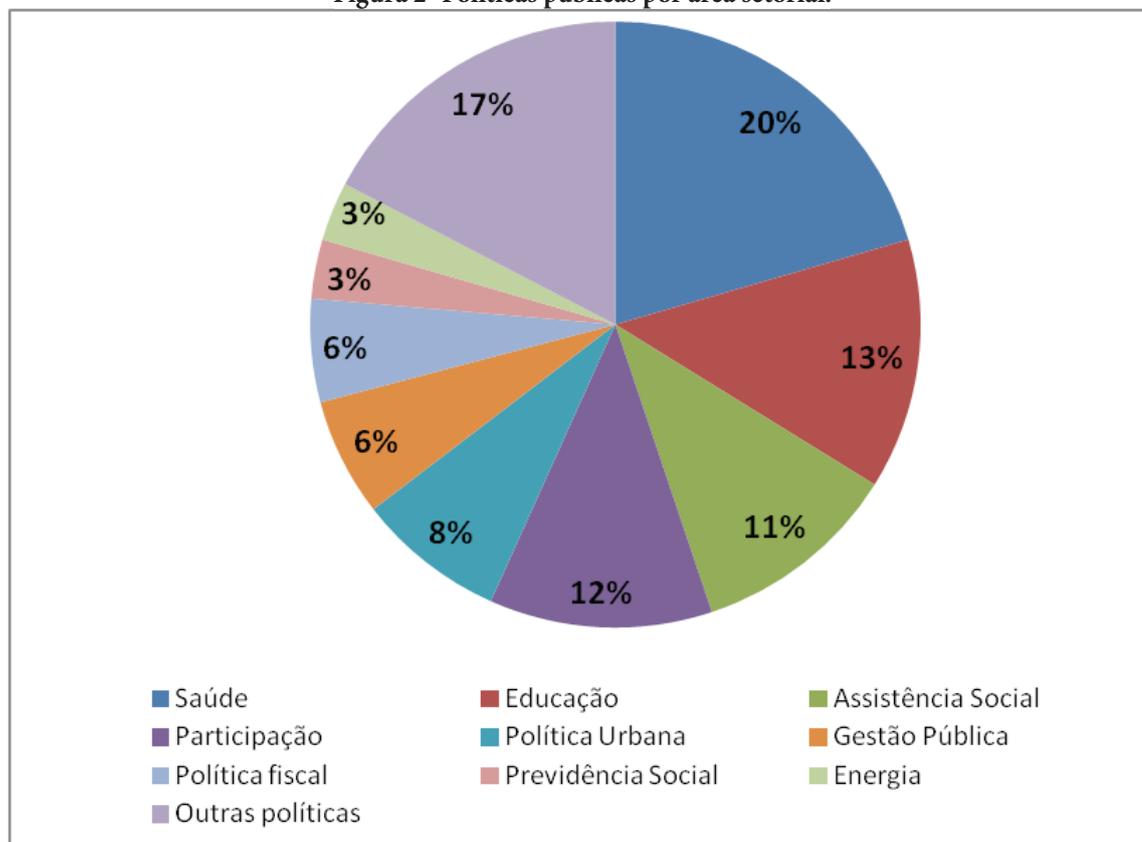
A efervescência dessas transformações em áreas de grande atenção, como as políticas sociais, e mais especificamente nas políticas de saúde e educação, juntamente com os fenômenos do processo de descentralização e do próprio federalismo, transformaram a agenda de pesquisas em políticas públicas nos anos 2000. Uma justificativa para isso é a retomada histórica da década anterior. Nos anos 1990 uma vez já completada a institucionalização do Estado federativo, o país vivenciou o processo de formulação e redesenho de um extensivo programa de descentralização, particularmente na área das políticas sociais. O fenômeno político que se enxergava na prática virou alvo de pesquisa, de estudos sobre o desenho, sobre implementação e sobre monitoramento e avaliação dessas mudanças.

Os Estudos das Políticas Públicas no Brasil

Outro aspecto relevante, também reflexo do momento histórico, são os estudos sobre participação. O estudo de políticas participativas no início dos anos 2000, com o surgimento de Orçamentos Participativos, pós institucionalização de Conselhos de áreas setoriais em meados dos anos 1990, abriram uma agenda que permanece em debate na literatura do campo de políticas públicas. Ainda que descentralização, federalismo e participação sejam conceitos próprios, com definições específicas, esses três elementos, conjuntamente, ajudam a explicar a atenção dada pelos pesquisadores e estudiosos de políticas públicas no Brasil pós-redemocratização.

Em estudo recente foram mapeados os papers publicados nos anais dos encontros nacionais da ANPOCS oriundos dos grupos de trabalho (GT) sobre políticas públicas. Um primeiro dado importante levantado pelos autores refere-se à irregularidade no aparecimento da temática “Políticas Públicas” como um tema próprio de GT e até o seu completo desaparecimento entre os anos de 1996 e 2001 (Sudano, Soares e Vergili, 2015). Ainda segundo os autores, a expansão de pesquisas sobre políticas públicas ocorre no Brasil, principalmente a partir dos anos 2000, mais especificamente entre os anos de 2002 a 2014. A argumentação para essa seleção é baseada em outros trabalhos sobre o campo. Assim, foram coletados cento e vinte sete trabalhos para análise entre os anos de 2002 e 2014 e mapeados de acordo com três categorias: área setorial, vinculação do autor e escopo teórico utilizado. Como forma de evidenciar os temas tratados pelos estudos de políticas públicas nessa primeira década dos anos 2000, os autores apresentam os seguintes dados:

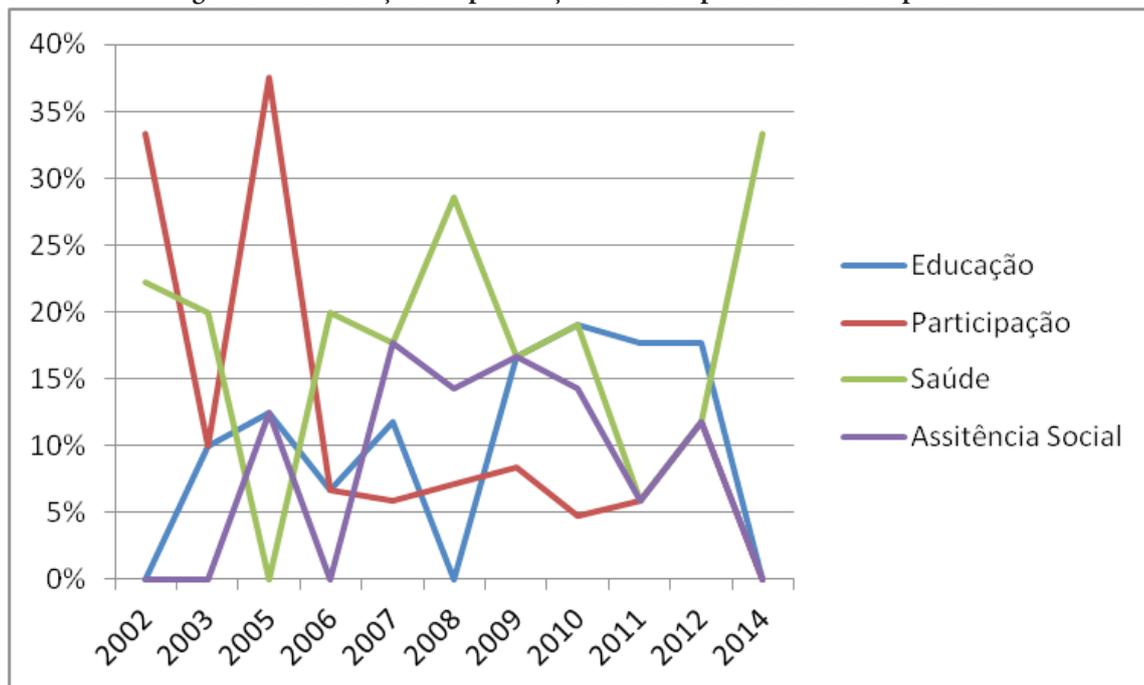
Figura 2- Políticas públicas por área setorial.



Fonte: (Sudano, Soares e Vergili, 2015).

Em cento e quinze artigos dos cento e quarenta e sete coletados, foram identificadas dezoito políticas setoriais como sendo o alvo principal de análise. As maiores frequências constatadas foram as áreas setoriais de saúde (20%), seguida por educação (13%), participação⁴ (12%) e assistência social (11%).

Figura 3- Distribuição das publicações sobre as políticas setoriais por ano.



Fonte: (Sudano, Soares e Vergili, 2015).

Na figura 3, acima, é apresentada uma análise da frequência relativa das quatro políticas públicas com maior número de trabalhos publicados ao longo do período estudado. Observa-se o crescimento dos artigos sobre a política de assistência social entre os anos de 2005 e 2009, assim como os de educação entre os anos de 2005 e 2012. Saúde também apresentou uma tendência de crescimento. Já nos trabalhos sobre participação houve um declínio a partir de 2005.

Por fora do grande entusiasmo das políticas sociais, das análises de redesenho de políticas, das abordagens neo-institucionalistas, e das teorias democráticas, a década de 2000 ainda foi marcada pelo surgimento dos primeiros estudos teóricos e revisões sobre a literatura internacional sobre o processo de políticas públicas. Souza (2006), Capella (2004), Faria (2003) estão entre os primeiros autores que começam a inserir na literatura nacional termos, modelos teóricos e metodológicos já utilizados pela literatura estadunidense, sobretudo, desde meados dos anos 80.

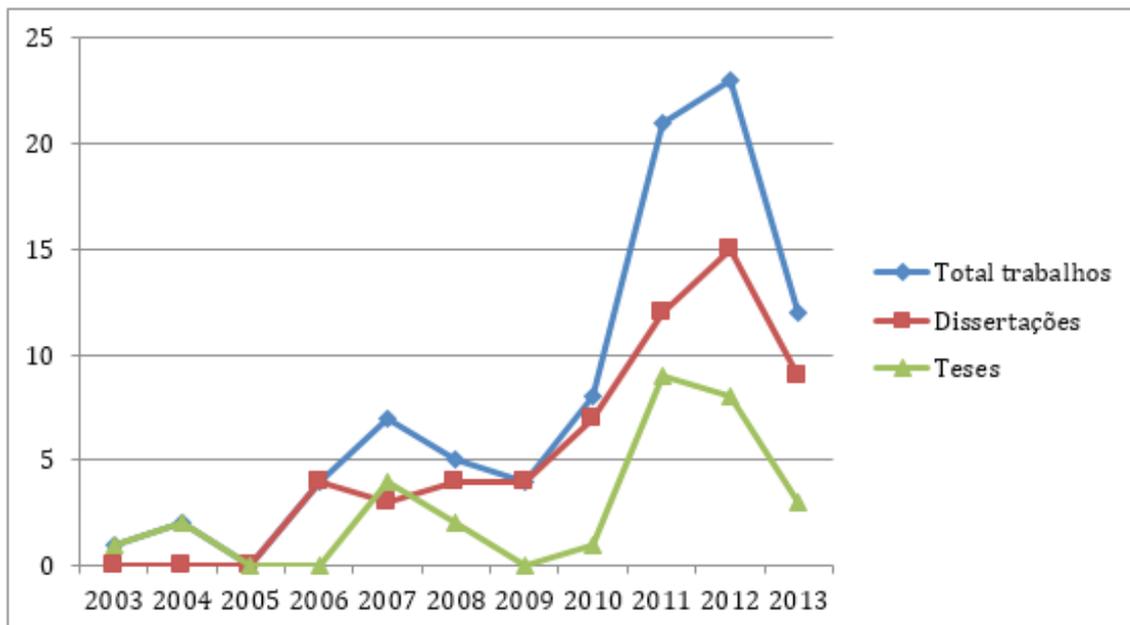
4 Este trabalho considerou a participação enquanto política pública, conforme defendido por Brasil (2013, p.60): “a agenda de pesquisa sobre a participação institucionalizada adota como objeto de estudo uma série de políticas públicas sem entendê-las como tal. Isso quer dizer que, ao tratar da institucionalização dos Conselhos na CF/88, ou da criação e difusão dos Orçamentos participativos entre os anos de 1990 e 2000, o foco reside na análise da efetividade dessas instâncias e na defesa de seu surgimento como uma conquista da sociedade. Entretanto, características próprias do campo das políticas públicas, como o processo de inserção na agenda governamental e sua consequente formulação, apesar de terem sido tratadas, em parte, pela literatura tradicional, deixaram questões e problemas ainda não totalmente esclarecidos.”

Os Estudos das Políticas Públicas no Brasil

Em levantamento feito em 2014, Capella, Brasil e Guimarães analisam na produção nacional a aplicação em estudos brasileiros dos modelos de análise de políticas mais reconhecidos no cenário internacional. No trabalho, os autores tinham como principal objetivo verificar a incidência do uso dos modelos teóricos de John Kingdon (modelo de múltiplos fluxos), Sabatier e Jenkins-Smith, (modelo das coalizões de defesa) e Baumgartner e Jones (modelo de equilíbrio pontuado), pelos pesquisadores no Brasil. Para tanto foram mapeadas as teses de doutorado, as dissertações de mestrado e os artigos científicos que utilizaram esses referenciais teóricos entre os anos de 2003 a 2013.

O gráfico abaixo representa a distribuição entre dissertações de mestrado e teses de doutorado dos oitenta e sete trabalhos encontrados que aplicaram ao menos um dos modelos no período analisado. Conforme pode ser notado, houve uma rápida expansão na utilização desses referenciais teóricos.

Figura 4 - Trabalhos que aplicam modelos internacionais em análise - 2003 a 2013.



Fonte: (Capella, Brasil e Guimarães, 2014).

Dado que os primeiros estudos que aplicaram um ou mais modelos de análise de políticas públicas datam dos anos de 2003 e 2004, nota-se que em apenas dez anos foram encontrados oitenta e sete trabalhos, com foco entre os anos de 2010 – 2013, quando o número de teses e dissertações alcançou a marca de sessenta e quatro trabalhos. Nessa perspectiva, podemos verificar um amplo crescimento da utilização desses modelos para os estudos das políticas públicas, com margem e expectativa de crescimento para os próximos anos.

Assim, se a década de 2000 marca, além do principal momento de análises de políticas setoriais pela literatura e teorias da Ciência Política, como o neo-institucionalismo, as teorias democráticas e o federalismo, também surge no Brasil a utilização de textos de revisão teórica e alguns ensaios aplicando os modelos internacionais próprios do campo de políticas públicas. Desta forma, a virada para a década de 2010 estabelece uma nova agenda de pesquisas com novas possibilidades de atuação e direcionamentos na análise de políticas.

ANOS 2010: POSSIBILIDADES E DESAFIOS

No período mais recente, as diferentes tendências no campo dos estudos em políticas públicas consolidam-se, paralelamente à incorporação crescente de modelos de análise próprios da literatura internacional sobre políticas públicas. Às investigações de caráter estrutural, ligadas ao papel do Estado na produção de políticas públicas, somam-se os debates sobre políticas públicas mais orientados para a análise de seu processo, com foco em diferentes fases e sob diferentes perspectivas disciplinares.

Um importante marco nos debates sobre o campo de políticas públicas no período mais recente é a publicação de “A Política Pública como Campo Multidisciplinar” (Marques e Faria, 2013). O caráter essencialmente multidisciplinar do campo – presente desde as proposições de Lasswell, nos anos 1950 - toma o primeiro plano, a partir das vozes de diferentes pesquisadores brasileiros atuantes vinculados às mais diferentes áreas. Partindo de diferentes perspectivas disciplinares (Ciência Política, Sociologia, Antropologia, Administração Pública, Relações Internacionais, Psicologia Social, Direito, Demografia e História), as distintas características do campo de políticas públicas no Brasil são apresentadas e debatidas. Esse esforço aponta para uma das maiores dificuldades da pesquisa em políticas públicas no Brasil: a sistematização do conhecimento produzido, elemento essencial para o próprio desenvolvimento da área. A expansão do campo e dos estudos sobre políticas públicas no Brasil desenvolveu-se por meio de pesquisas realizadas em diferentes áreas disciplinares e, se por um lado essa característica permite múltiplos olhares sobre um fenômeno extremamente complexo, por outro lado pode levar à especialização dos estudos no interior de cada área setorial e à fragmentação do conhecimento produzido no país. O debate multidisciplinar, portanto, permite a reflexão sobre o campo de forma ainda inédita no país e acena para o estabelecimento de um diálogo entre pesquisadores ligados às diferentes disciplinas, condição essencial para o desenvolvimento do campo nas próximas décadas.

Outra forma de observar o desenvolvimento dos estudos no campo, no período recente, envolve investigações focadas em etapas específicas do processo de produção de políticas. Os estudos de formação de agenda e formulação de políticas têm experimentado forte ampliação na última década, sobretudo em teses e dissertações realizadas em diferentes Instituições de Ensino Superior e Programas de Pós-Graduação (Capella, Brasil e Guimarães, 2014). Também os estudos sobre implementação foram objeto de investigações que procuraram oferecer novas explicações sobre esse processo, seja em relação ao debate teórico, seja por meio de reflexões sobre a prática da implementação no Brasil (Faria, 2012; Cavalcante e Lotta, 2015). O período recente também registra contribuições importantes sobre a avaliação de políticas - envolvendo tanto a dimensão conceitual como prática da avaliação de programas sociais, monitoramento de ações, construção e utilização de indicadores sociais produziram (Jannuzzi, 2009; 2016).

Esses esforços de pesquisa (e outros acima não elencados, envolvendo uma multiplicidade de artigos em periódicos acadêmicos nacionais, diversos livros, teses e dissertações) são alguns exemplos que apontam para a consolidação do campo de políticas públicas no Brasil, uma vez que refletem a mobilização da comunidade de pesquisadores não apenas no sentido da investigação de políticas públicas mas também com o desenvolvimento de abordagens teóricas e metodológicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo procurou resgatar algumas das características do desenvolvimento do campo de políticas públicas no Brasil. O campo, surgido em meados da década de 50 nos Estados Unidos, desenvolve-se posteriormente no Brasil apresentando semelhanças e diferenças relevantes. Uma primeira característica dos estudos em políticas públicas realizados no país consiste na progressiva mudança do foco de análise, passando de investigações centradas no papel do Estado para estudos que privilegiam o estudo das ações governamentais, envolvendo os processos típicos de produção de políticas públicas como formulação, decisão, implementação e avaliação. Ao longo das últimas décadas, mostramos como esses estudos expandiram-se e, principalmente, concentraram-se em temas que integraram a própria agenda governamental: os debates sobre a consolidação democrática e o necessário reordenamento institucional da produção de políticas públicas levaram a uma expansão dos estudos voltados à compreensão desse processo e seus impactos. Nos anos 90, o processo de reforma do Estado também influenciou as pesquisas no campo que, deixando a dimensão mais imediata dos debates relacionados à crise, passaram a se dedicar ao estudo da capacidade de governo, práticas de gestão (do governo federal e também das inúmeras experiências inovadoras no plano local), os processos de descentralização, e às relações entre Estado e sociedade. Ao longo dos anos 2000, as diversas políticas públicas, com destaque para as políticas sociais e também para a temática da participação, foram objeto de inúmeros estudos de caso, nas mais distintas áreas de conhecimento. No período mais recente, além dos estudos das políticas setoriais, observa-se uma preocupação com o estabelecimento de um diálogo entre pesquisadores relacionados a diferentes áreas de conhecimento e que compartilham as políticas públicas enquanto objetos de pesquisa. Além disso, verifica-se também um esforço de sistematização da literatura, ainda que nucleado nas fases características do processo de produção de políticas públicas.

Esse panorama, embora breve, aponta para um campo que tem se expandido, em função das profundas transformações das ações governamentais nas últimas décadas. Essa expansão – no campo da pesquisa e também na prática profissional dentro do Estado – tem colocado o campo de políticas públicas em destaque, quer nos principais eventos acadêmicos das áreas próximas, como a ciência política e administração pública, quer na criação de eventos próprios, específicos da área de políticas públicas. Como dito anteriormente, o surgimento e crescimento de cursos de graduação e pós-graduação no campo de políticas públicas no Brasil vem corroborando com as transformações, atualizações e surgimento de novos profissionais e pesquisadores, novas parcerias nacionais e internacionais entre instituições de ensino e associações profissionais. Inserido numa lógica multidisciplinar, característica do campo, os estudos sobre políticas públicas têm se espalhado nos mais diversos campos do conhecimento, em distintos departamentos de diferentes instituições de ensino do país. Essa importante peculiaridade, apesar de ocasionar um crescimento pouco ordenado e difícil de mapear, proporciona um movimento constante do campo de estudos que possibilita a abertura de importantes agendas de estudos sobre a produção de políticas no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ARRETCHE, Marta T.S. “Dossiê agenda de pesquisas em políticas públicas”. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol.18, no.51, (pp. 7-10). São Paulo, ANPOCS, 2003.
- ARRETCHE, Marta T. S.. Políticas sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo. Rev. bras. Ci. Soc. [online]. 1999, vol.14, n.40
- BRASIL, Felipe G. “Instituições Participativas e Políticas Públicas: Uma nova literatura para a agenda de pesquisas.” Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos. (141p.) 2013
- CAPELLA, Ana C. N. “Perspectivas Teóricas sobre o Processo de Formulação de Políticas Públicas”. BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais. São Paulo, ANPOCS (pp. 25-52). 2006
- CAPELLA, Ana C. N; SOARES, Alessandra G.; e BRASIL, Felipe G. “Pesquisa em Políticas Públicas no Brasil: Um mapeamento da aplicação de modelos internacionais recentes na literatura nacional”. In IX Encontro da ABCP. Anais eletrônicos. Associação Brasileira de Ciência Política, 2014. Disponível em: <http://www.encontroabcp2014.cienciapolitica.org.br/resources/anais/14/1403738847_ARQUIVO_ABCP_final.pdf. Acesso em 20 out. 2014.
- CAVALCANTE, Pedro e LOTTA, Gabriela (orgs.). Burocracia de Médio Escalão: perfil, trajetória e atuação. Brasília: ENAP, 2015.
- COSTA, Frederico José Lustosa da. ESTRATÉGIA, REFORMA DO ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL. Perspectivas em Políticas Públicas | Belo Horizonte | Vol. II | Nº 4 | P. 142-153 | jul/dez 2009
- DeLEON, Peter. “The Stages Approach to the Policy Process: What has it done? Where is it going?”. In Sabatier (ed.). Theories of the Policy Process. Oxford, Westview Press. 1999
- DUNN, William N. Public Policy Analysis. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice-Hall. 1994
- DYE, Thomas. Understanding Public Policy. NJ: Englewood Cliffs, Prentice-Hall. 1975
- FARAH, Marta F. S. “A contribuição da Administração Pública para a constituição do campo de estudos de políticas públicas”. In Marques, E. e Faria, C. A. P. A Política Pública como Campo Multidisciplinar. São Paulo/Rio de Janeiro: Unesp/Fiocruz. 2013
- FARIA, Carlos A.P. “Idéias, Conhecimento e Políticas Públicas: Um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes”. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 18, nº. 51, fevereiro. (pp. 21-29). 2003
- FERNANDES. Antonio S. A. “Políticas Públicas: Definição evolução e o caso brasileiro na política social”. In: DANTAS, Humberto e JUNIOR, José Paulo M. (orgs). Introdução à política brasileira. São Paulo: Paulus. 2007
- FISHER, Frank e FORESTER, John. The Argumentative Turn in Policy Analysis and Planning. London, Duke University Press. HECLLO, Hugh. “Issue Networks and the Executive Establishment,” in King, Anthony, ed. The New American Political System. Washington, DC: American Enterprise Institute for Public Policy Research, 1978 (pp. 87-124). 1993

Os Estudos das Políticas Públicas no Brasil

HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta T.S. e MARQUES, Eduardo. Políticas Públicas no Brasil. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2007.

HOWLETT, Michael e RAMESH, M. Studying Public Policy: policy cycles and policy subsystems. Oxford: Oxford University Press, 2003.

JANNUZZI, Paulo M. Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações. Campinas, Alínea. 2009

_____. Monitoramento e Avaliação de Programas Sociais. Campinas, Alínea. 2016

JOHN, Peter. Analysing Public Policy. London: Cassell. 1998

_____. “Is There Life After Policy Streams, Advocacy Coalitions, and Punctuations: Using Evolutionary Theory to Explain Policy Change?” Policy Studies Journal, Vol. 31, No. 4. 2003

_____. “New directions in public policy: theories of policy change and variation reconsidered”. Trabalho apresentado no International Conference on Public Policy. Grenoble, 26-28 June. 2013

MARQUES, Eduardo e FARIA, Carlos A.P. (orgs). A Política Pública como Campo Multidisciplinar. SP/RJ: Unesp/Fiocruz.Faria, 2012;

MELO, Marcus A. “Estado, Governo e Políticas Públicas”. In Miceli, Sergio (org.). O que Ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995). Vol. 3: Ciência Política. (pp. 59-99). São Paulo: Sumaré/Anpocs; Brasília: CAPES. 1999.

NOWLIN, Matthew C. “Theories of the Policy Process: state of research and emerging trends”. Policy Studies Journal. Vol 39, nº S1. 2011.

OLIVEIRA, Renata Guimarães. “Políticas Públicas e Sustentabilidade” - Reforma do Estado e Políticas Públicas: avanços e retrocessos ao alcance da sustentabilidade v. 3, n. 2. 2006.

SABATIER, Paul A. Theories of the Policy Process. Oxford, Westview Press. 1st Ed. 1999

SABATIER, PAUL A. “The Need for Better Theories”. In Sabatier (ed.). Theories of the Policy Process. Oxford, Westview Press. 1999

SMITH, Kevin B. e LARIMER, Christopher W. The Public Policy Theory Primer. Boulder-CO, Westview Press. 2009

SOUZA, Celina. “Estado da Arte da Pesquisa em Políticas Públicas”. In Hochman, G., Arretche, M. e Marques, E. Políticas Públicas no Brasil. Rio de Janeiro, Fiocruz. 2007

SOUZA, Celina. “Políticas Públicas: uma revisão da literatura”. Sociologias. Ano 8 (16), (pp. 20-45) jul-dez. Porto Alegre, UFRGS. 2006

SUDANO, Andréia C.P; SOARES, Alessandra G. e VERGILLI, Guilherme E. “O Debate sobre a Pesquisa em Políticas Públicas no Brasil a partir da análise dos trabalhos apresentados na ANPOCS: evolução e desafios”. Paper apresentado no XXXIX Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, Anpocs. 2015

TROTTMANN, Paula. (2008). “A produção científica em políticas públicas no Brasil: uma análise sob a ótica das redes sociais”. Dissertação de mestrado apresentada à Escola de Artes

Felipe Gonçalves Brasil e Ana Cláudia Niedhardt Capella

Ciências e Humanidades – EACH. São Paulo, USP (219p.).

WEIMER, David L. “Theories of and in the Policy Process”. Policy Studies Journal. Vol 36, nº 4. 2008



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO

CFCH

CENTRO DE FILOSOFIA E
CIÊNCIAS HUMANAS

Departamento de
Ciência Política

Programa de Pós-Graduação
em Ciência Política



CAPES